

GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

*Demonstrações Financeiras Referentes ao
Semestre Findo em 30 de Junho de 2015 e
Relatório dos Auditores Independentes.*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Cotistas da
GMAC Administradora de Consórcios Ltda.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 30 de junho de 2015 e a demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo naquela data, e o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Administradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como a posição consolidada dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2015 e as variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato de a Administradora possuir contabilizado em 30 de junho de 2015, créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 82.795 mil, conforme divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras. A realização desses créditos depende da geração de lucros tributários futuros conforme plano orçamentário preparado e aprovado pela Administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 26 de agosto de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751 / O-6

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
CIRCULANTE		21.930	14.094	CIRCULANTE		25.195	22.014
Disponibilidades	4	672	595	Outras obrigações		25.195	22.014
Titulos e valores mobiliários	5	17.095	10.371	Fiscais e previdenciárias	9	6.652	1.712
Carteira própria		17.095	10.371	Diversas	8	18.543	20.302
Outros créditos	6	4.163	3.128	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		100.584	92.780
Diversos		4.163	3.128	Outras obrigações		100.584	92.780
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		151.779	133.899	Fiscais e previdenciárias	9	5.433	5.282
Titulos e valores mobiliários	5	63.147	42.934	Diversas	8	95.151	87.498
Carteira própria		63.147	42.934	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		47.930	33.199
Outros créditos	6	88.632	90.965	Capital social	11	174.654	174.654
Diversos		88.632	90.965	De domiciliados no país		174.654	174.654
				Prejuízos Acumulados		(126.724)	(141.455)
TOTAL DO ATIVO		173.709	147.993	TOTAL DO PASSIVO		173.709	147.993

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS SEMESTRES FINIDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por lote de mil quotas)

	Nota	2015	2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.652	3.063
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5a	3.652	3.063
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.652	3.063
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		18.652	(11.834)
Receitas de prestação de serviços	12	63.208	59.571
Outras despesas administrativas	13	(32.889)	(62.208)
Despesas tributárias	16	(9.084)	(8.766)
Outras receitas operacionais	14	2.197	4.047
Outras despesas operacionais	15	(4.780)	(4.478)
RESULTADO OPERACIONAL		22.304	(8.771)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		22.304	(8.771)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(7.573)	2.947
Provisão para Imposto de Renda	7b	(3.651)	-
Provisão para Contribuição Social	7b	(1.319)	-
Ativo fiscal diferido	7b	(2.603)	2.947
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE		14.731	(5.824)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO POR LOTE DE MIL QUOTAS (174.654,195)		84	(33)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 JUNHO DE 2015 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	174.654	(135.631)	39.023
PREJUÍZO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	(5.824)	(5.824)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	174.654	(141.455)	33.199
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	14.731	14.731
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	174.654	(126.724)	47.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2015	2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Ajustado		22.707	(8.372)
Lucro Líquido		14.731	(5.824)
Ajustes ao Prejuízo líquido:		7.976	(2.548)
Provisão (reversão) de passivos judiciais	10b	590	527
Atualizações para depósito em garantia e impostos a compensar	14	(187)	(128)
Impostos correntes, diferidos e créditos tributários	7e	2.603	(2.947)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	7b	4.970	-
Variações das contas de ativo e passivo operacional		4.307	1.336
(Aumento)/ Redução de outros créditos		2.439	(1.187)
Aumento/(Redução) em outras obrigações		5.425	2.523
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.557)	-
Caixa líquido gerado / (utilizado) nas atividades operacionais		27.014	(7.036)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários		(26.937)	6.667
Caixa líquido gerado / (utilizado) nas atividades de investimento		(26.937)	6.667
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
Caixa e equivalente de caixa no início dos semestres		595	964
Caixa e equivalente de caixa no fim dos semestres		672	595
		<u>77</u>	<u>(369)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO
LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

	2015	2014		2015	2014
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	991.124	873.582	CIRCULANTE	991.124	873.582
Disponibilidades	1.231	2.930	Obrigações diversas	991.124	873.582
Depósitos bancários	1.231	2.930	Obrigações com consorciados	449.626	420.290
Aplicações financeiras (nota 5)	263.217	231.987	Valores a repassar	2.377	2.836
Outros créditos	726.676	638.665	Obrigações por contemplações a entregar	186.760	160.699
Direitos com consorciados contemplados	726.676	638.665	Obrigações com a Administradora	233	249
Normais	721.983	634.085	Recursos a devolver a consorciados	301.846	247.099
Em atraso	4.693	4.580	Recursos dos grupos	50.282	42.409
COMPENSAÇÃO	4.079.896	4.582.067	COMPENSAÇÃO	4.079.896	4.582.067
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	45.139	46.357	Recursos mensais a receber de consorciados	45.139	46.357
Contribuições devidas ao grupo	2.177.298	2.403.177	Obrigações do grupo por contribuição	2.177.298	2.403.177
Valor dos bens a contemplar	1.857.459	2.132.533	Bens a contemplar - valor	1.857.459	2.132.533
TOTAL DO ATIVO	5.071.020	5.455.649	TOTAL DO PASSIVO	5.071.020	5.455.649

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO SEMESTRE	234.917	214.386
Depósitos bancários	2.930	4.718
Cheques e outros valores a receber	-	18
Aplicações financeiras	231.987	209.650
(+) Recursos coletados	447.104	431.469
Contribuições para aquisição de bens	346.318	336.059
Taxa de administração	60.333	57.301
Contribuições ao fundo de reserva	10.515	10.160
Rendimento de aplicações financeiras	11.940	9.487
Multas e juros moratórios	5.336	4.517
Prêmios de seguro	7.905	8.237
Outros	4.757	5.708
(-) Recursos utilizados	417.573	410.938
Aquisição de bens	325.278	330.830
Taxa de administração	61.928	58.408
Multas e juros moratórios	1.076	958
Prêmios de seguro	8.269	8.431
Custas judiciais	14	13
Devolução a consorciados desligados	11.614	4.978
Despesas de registro de contratos	665	443
Outros	8.729	6.877
DISPONIBILIDADES NO FIM DO SEMESTRE	264.448	234.917
Depósitos bancários	1.231	2.930
Aplicações financeiras (nota 5)	263.217	231.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES
FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”) tem como atividade a administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos.

Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas de compensação e resumidas por meio das demonstrações combinadas (denominadas consolidadas) dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos custos são absorvidos segundo critérios de prática e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados.

2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas para a Administradora e os grupos de consórcio consolidados, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas consubstanciadas no plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional - COSIF e lei das sociedades por ações, incluindo as alterações normatizadas pelo BACEN, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. A aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria ocorreu em 26 de agosto de 2015.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis são as seguintes:

3.1. Administradora

a) Resultado das operações

A taxa de administração paga pelos participantes dos consórcios é reconhecida como receitas de Prestação de Serviços por ocasião do recebimento das parcelas dos grupos de consórcio. As despesas de comissões de venda das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião da comercialização. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional - CMN são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações financeiras com prazo total de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de seu valor justo. Dentre os recursos disponíveis com essas características são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores. Os títulos e valores mobiliários referentes aos certificados de depósitos bancários não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e a Administração tem a intenção de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

d) Ativos circulante e realizável em longo prazo

O ativo circulante e realizável em longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo-se quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro rata temporis”, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável. A provisão para outros créditos foi constituída considerando o valor de realização de tais créditos, em virtude das garantias oferecidas e da experiência da Administração. Os demais ativos são apresentados ao valor de realização.

e) Redução ao valor recuperável dos ativos

É reconhecida uma perda por “impairment” se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Na avaliação da administração, não houve indícios de perda por “impairment” nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

f) Passivos circulante e exigível em longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias “pro rata temporis”.

g) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuado para o semestre findo em 30 de junho de 2015, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil ao ano (R\$120 mil ao semestre), a provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro real. São também constituídos créditos tributários sobre diferenças fiscais temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida MP 627/13 dispõe, entre outros assuntos, sobre a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Essa Medida Provisória foi convertida na Lei 12.973, de 13 de maio de 2014.

Em 30 de junho de 2015 a Administração avaliou e concluiu que a referida Lei 12.973/14 não acarretou efeitos contábeis relevantes para a Administradora, a qual optou pela adesão da referida Lei em 2015.

i) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

3.2. Grupos de consórcio

Ativos e passivos circulantes estão representados principalmente pelas seguintes contas, as quais incluem valores a vencer até 360 dias, decorrentes de direitos a receber de consorciados contemplados.

a) Aplicações financeiras

Referem-se a aplicações financeiras em fundos de investimento efetuadas em nome dos grupos de consórcio, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes.

b) Direitos dos consorciados contemplados

Representam os valores a receber a título de fundo comum e do fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

c) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Representa o valor das contribuições a receber dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço, a título de fundo comum e de reserva.

d) Contribuições devidas ao grupo

Representa a previsão de recebimento dos fundos comum e de reserva até o término do grupo, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

e) Valor dos bens a contemplar

Representa o saldo dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens nas datas dos balanços.

f) Obrigações com consorciados

Representam, principalmente, contribuição ao fundo comum efetuada por consorciados não contemplados para aquisição de bens, as quais são atualizadas pela valorização do bem, e contribuições recebidas de consorciados dos grupos para formação do fundo comum, as quais são atualizadas de acordo com os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras dos grupos.

g) Valores a repassar

Representam valores a repassar referentes aos pagamentos de taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios e outros.

h) Obrigações por contemplações a entregar

Representam créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras.

i) Recursos a devolver a consorciados

Estão representados principalmente pelos valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortização, por ocasião do rateio para encerramento do grupo, e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor relativo às respectivas contribuições ao fundo comum e de reserva, deduzidos das multas, quando aplicável.

j) Recursos do grupo

São representados principalmente por valores recebidos a título de fundo de reserva, rendimentos de atualização financeira, multa e juros de mora recebidos e atualização dos valores a receber de consorciados contemplados e das obrigações com consorciados não contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

k) Informações complementares sobre os grupos em andamento

O valor da contribuição mensal a receber dos participantes dos grupos para aquisição de bens é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, fundo de reserva e prêmios de seguro.

A seguir, alguns dados adicionais dos grupos de consórcio:

	2015	2014
Quantidade de grupos administrados	414	402
Quantidade de consorciados ativos	100.461	104.042
Quantidade de consorciados desistentes e excluídos	186.573	236.843
Quantidade de bens entregues no ano	8.525	18.090
Quantidade de bens pendentes de entrega acima de 30 dias - Antes a Circular 3.679/14	3.536	3.214
Quantidade de bens pendentes de entrega - Após a Circular 3.679/14 (i)	5.314	-
Taxa de inadimplência - Antes a Circular 3.679/14	4,53%	4,10%
Taxa de inadimplência - Após a Circular 3.679/14 (ii)	14,31%	-

- (i) De acordo com a Circular 3.679/14, a quantidade de cotas contempladas, cujo os bens encontram-se pendentes de entrega, devem ser consideradas independentemente do prazo que estejam pendentes.

- (ii) De acordo com a Circular 3.679/14, devem ser considerados como inadimplentes todos os valores a receber referentes a cotas de consorciados contemplados que estejam pendentes de liquidação, tanto em situações em que há o inadimplimento das parcelas, quanto em situações em que há valores a serem cobradas referentes a equalização da parcela gerada pela atualização do valor do bem de referência da cota.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	2015	2014
Disponibilidades	<u>672</u>	<u>595</u>

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A conta de títulos e valores mobiliários possui a seguinte composição:

	<u>Administradora</u>		<u>Grupos</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>Certificados de Depósito Bancário – CDBs:</u>				
Banco GMAC S.A. – CDB Pré Fixado (a)	80.242	53.305	-	-
<u>Quotas de fundos de investimento:</u>				
Fundo BRAM Fundo de Investimento Referenciado DI Federal II (b)	-	-	263.217	231.987
Total	<u>80.242</u>	<u>53.305</u>	<u>263.217</u>	<u>231.987</u>

- (a) São representados por Certificados de Depósitos Bancários, classificados como títulos mantidos até o vencimento, com vencimentos até junho de 2016, sujeitos a encargos financeiros pré-fixados, variáveis entre 9,77% e 13,75%. O resultado de Certificados de Depósitos Bancários foi de R\$3.652 (R\$3.063 em 2014), conforme nota 17d.
- (b) São representados por aplicações em Fundo de Investimento não exclusivo, classificadas como disponíveis para venda, sendo utilizado o valor da cota do fundo na data do balanço. O saldo inclui aplicações vinculadas a contemplações no montante de R\$263.217 (R\$231.987 em 2014).

Abertura por vencimento dos títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro 2014:

	2015			2014		
	<u>Até 12</u> <u>meses</u>	<u>De 1 a 2</u> <u>anos</u>	<u>Total</u>	<u>Até 12</u> <u>meses</u>	<u>De 1 a 2</u> <u>anos</u>	<u>Total</u>
Certificados de Depósito Bancário	17.095	63.147	80.242	10.371	42.934	53.305

	2015		2014	
	<u>Sem</u> <u>vencimento</u>	<u>Total</u>	<u>Sem</u> <u>vencimento</u>	<u>Total</u>
Grupos: Fundo BRAM Fundo de Investimento Referenciado DI Federal II	263.217	263.217	231.987	231.987

6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

A conta “Outros créditos - diversos” possui a seguinte composição:

	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social a compensar (a)	3.913	1.524
Crédito tributário - imposto de renda e contribuição social (nota 7e)	82.795	85.356
Devedores por depósitos em garantia (b)	5.837	5.608
Valores Pendentes de Recebimentos - Cobrança Judicial (c)	1.898	1.902
Provisão de Valores Pendentes de Recebimentos - Cobrança Judicial (c)	(1.898)	(1.902)
Outros (d)	250	1.605
Total	92.795	94.093
Ativo circulante	4.163	3.128
Realizável em longo prazo	88.632	90.965

- Refere-se substancialmente a impostos de renda retidos na fonte sobre Títulos e Valores Mobiliários – CDB Pré Fixado e antecipação de imposto de Renda e Contribuição Social do exercício corrente.
- Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para riscos e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais.
- Refere-se a contratos contemplados que estão em cobrança judicial, para os quais foi constituída uma provisão para perdas em função da expectativa de recuperação.

- d) Refere-se substancialmente a devolução de valores de comissões pagas pela venda de cotas de consórcio que foram posteriormente canceladas e que a Administradora tem a receber dos agentes de consórcio.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Cálculo dos encargos com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL incidentes sobre as operações do semestre:

	2015		2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação	22.304	22.304	(8.771)	(8.771)
Alíquotas utilizadas para o cálculo	25%	9%	25%	9%
Despesa de acordo com as alíquotas	(5.576)	(2.007)	2.193	789
Efeito de IRPJ e CSLL sobre adições permanentes				
Outras adições/exclusões permanentes	(2)	-	(25)	(10)
Total IR e CS sobre despesas permanentes	(2)	-	(25)	(10)
Adicional do imposto de renda	12	-	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social no semestre	(5.566)	(2.007)	2.168	779
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.573)		2.947	

- b) Composição dos créditos/despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes aos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	2015		2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
IR e CS correntes devidos no semestre	(3.651)	(1.319)	-	-
Constituição / realização de impostos diferidos:				
Prejuízo Fiscal e base negativa de CSLL	(1.884)	(677)	2.195	790
Provisão para riscos fiscais	28	10	435	145
Provisão para cíveis e trabalhistas	74	27	99	36
Provisão de valores a devolver para consorciados	-	-	(1.039)	(374)
Provisões para comissões	(343)	(124)	462	166
Outras adições temporárias	(73)	(25)	260	105
Realização / constituição de passivo fiscal diferido:				
Correção de depósitos judiciais	(31)	(11)	(27)	(11)
Total	(5.566)	(2.007)	2.168	779
	(7.573)		2.947	

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

	2015		2014	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	51.361	18.490	52.931	19.055
Adições temporárias:				
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	99	36	99	36
Provisão para riscos fiscais (nota 10)	1.123	404	1.095	394
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas (nota 10)	579	208	504	182
Provisão de valores a devolver para consorciados	3.089	1.112	3.089	1.112
Provisões para comissões (nota 8)	3.854	1.387	4.197	1.511
Outros	655	398	728	423
Total do crédito tributário	60.760	22.035	62.643	22.713
	82.795		85.356	

d) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social:

Ano	IR		CS		Valor contábil	Valor presente*
	<u>Adições Temporárias</u>	<u>Prejuízo Fiscal</u>	<u>Adições Temporárias</u>	<u>Base Negativa</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
2015	2.023	2.762	728	994	6.507	6.105
2016	342	5.433	126	1.955	7.856	6.083
2017	678	6.480	252	2.330	9.740	6.635
2018	58	7.081	21	2.549	9.709	5.820
2019	40	7.061	15	2.542	9.658	5.094
2020	12	6.560	4	2.362	8.938	4.148
2021	12	6.139	4	2.210	8.365	3.415
2022	6	6.586	2	2.371	8.965	3.221
2023	6.228	3.259	2.393	1.177	13.057	4.127
2024	-	-	-	-	-	-
Total	9.399	51.361	3.545	18.490	82.795	44.648

(*) O valor presente, calculado com base na taxa SELIC, é de R\$44.648 em 30 de junho de 2015.

Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudo técnico elaborado anualmente que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, as projeções orçamentárias da Administradora e os indicadores econômico-financeiros.

e) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

<u>Créditos tributários:</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Constituições</u> <u>(Realizações)</u>	
		<u>Líquidas</u>	<u>30/06/2015</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	135	-	135
Provisões para riscos fiscais	1.489	38	1.527
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	686	101	787
Provisão de valores a devolver para consorciados	4.201	-	4.201
Provisões para comissões	5.708	(467)	5.241
Outras adições temporárias	1.151	(98)	1.053
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	13.370	(426)	12.944
Créditos de Prejuízo Fiscal	52.931	(1.570)	51.361
Créditos de Base Negativa de Contribuição Social	19.055	(565)	18.490
Total de créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas	71.986	(2.135)	69.851
Total de créditos tributários (nota 6)	85.356	(2.561)	82.795
Obrigações fiscais diferidas:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Atualizações de depósitos judiciais	(902)	(42)	(944)
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	(902)	(42)	(944)
Líquido	84.454	(2.603)	81.851

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS

Composição das outras obrigações diversas:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Obrigações com grupos de consórcio/consorciados (a)	74.756	68.233
Provisão de valores a devolver a consorciados (b)	18.081	17.248
Provisão para comissões (c)	15.414	16.789
Provisão para riscos cíveis (nota 10a)	2.314	2.017
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 17d)	111	511
Outros	3.018	3.002
Total	113.694	107.800
Passivo circulante	18.543	20.302
Exigível em longo prazo	95.151	87.498

- (a) Referem-se a recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pelo respectivo rendimento gerado pelas aplicações financeiras da Administradora. Somente R\$21.260 (R\$17.198 em 2014) contém a dedução da taxa de manutenção cobrada pela Administradora conforme circular 3.432/09, o restante do saldo não sofre tal dedução.
- (b) Refere-se à obrigação com consorciados relativos aos grupos encerrados entre maio de 2003 a junho de 2005, antes da edição da Circular 2.766/99, que por determinação do BACEN foram provisionados e aguardam as informações dos dados bancários dos consorciados para restituição dos recursos não procurados.
- (c) Refere-se à provisão para pagamento de comissões sobre vendas de cotas de consórcios.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Composição de outras obrigações fiscais e previdenciárias nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Provisão para impostos sobre o lucro - corrente - IRPJ e CSLL (a)	4.970	-
Provisão para riscos fiscais	4.491	4.380
Provisão para passivo fiscal diferido sobre atualizações monetárias do depósitos judiciais (b)	943	902
Impostos e contribuições a recolher (c)	<u>1.681</u>	<u>1.712</u>
Total	<u>12.085</u>	<u>6.994</u>
Passivo circulante	6.652	1.712
Exigível em longo prazo	5.433	5.282

- a) Refere-se à R\$3.651 de IRPJ e R\$ 1.319 de CSLL sobre o exercício corrente.
- b) Refere-se à constituição do passivo fiscal diferido sobre a receita de atualização monetária dos depósitos judiciais até a efetiva disponibilização dos recursos depositados em juízo.
- c) Refere-se aos impostos sobre faturamento R\$1.520 (R\$1.458 em 2014) e tributos retidos na fonte sobre contratação de serviços R\$161 (R\$254 em 2014).

10. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição das provisões de riscos, cíveis, trabalhistas e obrigações legais nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Obrigações legais tributárias:		
Programa de Integração Social – PIS	2.519	2.450
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF	<u>1.972</u>	<u>1.930</u>
Total da provisão para obrigações legais	4.491	4.380
Provisão para riscos cíveis (nota 8)	<u>2.314</u>	<u>2.017</u>
Total	<u><u>6.805</u></u>	<u><u>6.397</u></u>

b) Movimentação das provisões e obrigações legais:

	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.380	-	2.017	6.397
Constituição / (Reversões) líquida do semestre	111	-	479	590
Pagamentos	-	-	(182)	(182)
Saldo em 30 de junho de 2015	<u>4.491</u>	<u>-</u>	<u>2.314</u>	<u>6.805</u>
Depósitos em garantia (nota 6b)	<u><u>4.503</u></u>	<u><u>16</u></u>	<u><u>1.318</u></u>	<u><u>5.837</u></u>

Resumo dos passivos contingentes classificadas como possíveis:

	<u>2015</u>		<u>2014</u>	
	<u>Quantidade de processos</u>	<u>Montante em R\$ mil</u>	<u>Quantidade de processos</u>	<u>Montante em R\$ mil</u>
Trabalhista	6	533	3	310
Cíveis	<u>250</u>	<u>679</u>	<u>187</u>	<u>511</u>
Total	<u><u>256</u></u>	<u><u>1.212</u></u>	<u><u>190</u></u>	<u><u>821</u></u>

Obrigações legais

Referem-se basicamente às obrigações legais tributárias relativas a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial e/ou administrativo, os quais estão integralmente provisionados, como segue:

- PIS - Mandado de Segurança visando à declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 9.718 que expandiu a base de cálculo da contribuição para o PIS, para permitir o recolhimento nos termos da LC 7/70 (Pis-repique), ou, subsidiariamente, da Lei 9.715/98 (Pis-Faturamento).
- CPMF - Mandado de Segurança impetrado visando afastar a incidência da Taxa Selic sobre o valor da CPMF durante o período em que a contribuição estava com

exigibilidade suspensa em razão de provimento judicial. Defende-se que a Selic consiste em espécie de juros moratório não aplicável a tributos cuja exigibilidade estava suspensa, pois nesses casos não há mora.

Riscos trabalhistas

São ações movidas por terceiros, prestadores de serviços, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base no histórico de pagamentos realizados, nas verbas pleiteadas e na fase processual de cada ação.

Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro.

As ações são controladas individualmente e as indenizatórias provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social é constituído por 174.654.195 quotas sem valor nominal no montante de R\$174.654 (174.654.195 quotas sem valor nominal no montante de R\$174.654 em 31 de dezembro de 2014).

Conforme previsto no contrato social, aos cotistas é assegurado dividendo mínimo anual não inferior a 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei. No semestre findo em 30 de junho de 2015 não houve distribuição de dividendos.

12. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas de prestação de serviços referem-se a taxa de administração paga pelos consorciados, no montante de R\$63.208 (R\$59.571 em 2014).

13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	1º semestre 2015	2º semestre 2014
Prestação de serviços administrativos (a)	4.692	6.621
Comissões pagas às concessionárias por venda de cotas de consórcio (b)	21.102	46.576
Serviços técnicos especializados	2.538	2.728
Sistema de comunicação	1.148	1.432
Sistema de processamento de dados	1.998	2.457
Despesas serviços do sistema financeiro	512	572
Despesas com propaganda e publicidade	196	427
Outras	703	1.395
Total	<u>32.889</u>	<u>62.208</u>

(a) Referem-se a prestação de serviços de terceiros realizado pela GMAC Prestadora de Serviços de Mão-de-Obra Ltda (nota 17d).

(b) Foram vendidas no 1º semestre de 2015 – 17.240 cotas e no 2º semestre de 2014 – 24.356 cotas.

14. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	1º semestre 2015	2º semestre 2014
Reversão de provisão para pagamentos à efetuar	546	184
Atualização monetária de impostos a compensar e depósitos judiciais	187	128
Receita de multa e juros	1.079	959
Recuperação de Despesas Judiciais	244	-
Outras (a)	141	2.776
Total	<u>2.197</u>	<u>4.047</u>

a) Refere-se substancialmente a reversão de comissão sobre vendas cotas de consórcio no exercício de 2014.

15. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	1º semestre 2015	2º semestre 2014
Varição monetária e juros passivos (a)	4.135	3.580
Atualização da provisão para riscos fiscais	111	104
Provisão para riscos cíveis	479	655
Outras	55	139
Total	4.780	4.478

(a) Refere-se à variação monetária dos recursos não procurados a devolver.

16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	1º semestre 2015	2º semestre 2014
ISS	3.214	3.027
PIS	1.047	1.024
COFINS	4.821	4.714
IOF	1	1
OUTROS	1	-
Total	9.084	8.766

17. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de abril, é estabelecida a remuneração máxima agregada para a Diretoria.

b) Benefícios de curto prazo

	1º semestre 2015	2º semestre 2014
Salários e Honorários da Diretoria Executiva		
Remuneração fixa	99	140
Remuneração variável	42	17
Outros benefícios (Prêmios, Rescisões e Benefícios)	63	4
Total	204	161

c) Rescisão do contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Transações com partes relacionadas

Os saldos, nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, são resumidos como segue:

	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	1º semestre 2015	2º semestre 2014	1º semestre 2015	2º semestre 2014
CONTROLADORA:				
Banco GMAC S.A.:				
Títulos e valores mobiliários (nota 5a)	80.242	53.305	3.652	3.063
Outras obrigações – diversas (nota 8)	(111)	(511)	-	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:				
GMAC Prestadora de Serviços de Mão-de-Obra Ltda.:				
Outras despesas administrativas (nota 13)	-	-	(4.692)	(6.621)

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, a Administradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

19. LIMITE OPERACIONAL

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. em conjunto com sua controladora adota o critério de patrimônio líquido consolidado, para atendimento aos limites operacionais e requerimentos de capital. No semestre findo em 30 de junho de 2015, o índice de Basileia consolidado apurado foi de 12,84%.

Titulo / Risco ponderado	Ativos	Ativo ponderado por risco	Patrimônio de referência exigido
Risco reduzido - 20%	13.754	2.751	303
Risco reduzido - 75%	9.842.750	7.382.063	812.027
Risco reduzido - 100%	1.971.638	1.971.638	216.880
Risco reduzido - 250%	174.728	436.819	48.050
Risco reduzido - 300%	120.280	360.840	39.692
Sub Total 1	<u>12.123.150</u>	<u>10.154.111</u>	<u>1.116.952</u>
Parcela para cobertura de Risco Operacional	1.178.825	1.178.825	129.671
Parcela para cobertura de exposição de Risco Cambial	645	645	71
Sub Total 2	<u>1.179.470</u>	<u>1.179.470</u>	<u>129.742</u>
Total	<u>13.302.620</u>	<u>11.333.581</u>	<u>1.246.694</u>
Patrimônio de referência			1.454.760
Índice de basileia			12,84%

* $\text{Índice de Basileia} = \text{Patrimônio de referência} / (\text{Total} / 11\%)$